

Na invenção da nacionalidade, o lugar dos silenciados

letrônica

Adriana Elisabete Bayer¹

Quem conhece o ontem e o hoje
conhecerá o amanhã, porque
o fio do tecelão é o futuro,
o pano tecido é o presente,
o pano tecido e dobrado é o passado

(provérbio fulâni)²

Em *Nações e nacionalismo desde 1780*, Eric J. Hobsbawm arrola várias definições de nação (e de nacionalismo), a fim de demonstrar que a intenção de emprego do conceito se altera de acordo com o tempo e o espaço. Escreve Hobsbawm, em concordância com Gellner, que nacionalismo significa “fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente” (1990, p. 18). Essa noção vem ao encontro daquela difundida por Benedict Anderson, em *Nação e consciência nacional*, segundo a qual “nação [...] é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente soberana” (1989, p. 14).

Tanto para Anderson quanto para Hobsbawm, considerando as modificações de acordo com o tempo e lugar, preserva-se no conceito um sentimento de pertença que fica como algo inerente: “A essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e que também tenham esquecido outras tantas” (RENAN *apud* ANDERSON, 1989, p. 14). Assim, as experiências compartilhadas, as lembranças, as lacunas na memória, o passado e também o presente se manifestam na narração da nação.

¹ Doutoranda em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS; bolsista CNPq, com a pesquisa *Literatura santomense: entre obós, luchãs e o Atlântico, um mar de mensagens*, orientada pelo Dr. Luiz Antonio de Assis Brasil. Email: adribayer@gmail.com

² LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

No Brasil, o discurso de invenção da nação ocorreu no século XIX e coincidiu com outras estratégias discursivas: a dos ideais que nortearam os adeptos do romantismo, em voga na Europa, e a do advento da Independência, ocorrida em 1822. Ou seja, a formação da nação ou da “ideia-força” para a qual o “estado de espírito” (cf. GUINSBURG, 1993, p. 15) estaria voltado, vincula-se, primeiramente, à efetiva conquista da autonomia do espaço físico. Logo o sentimento de nacionalidade parte de uma pretensa identificação, por meio da qual os indivíduos se uniram, e da diferença em relação aos outros, sedimentora da união. Afinal, naquele momento, ser brasileiro significava não ser, sobretudo, português; e o Brasil se destacava por expor características que o singularizava.

No jogo das semelhanças e diferenças, à literatura couberam as tarefas de representar o sentimento de nacionalidade, de afirmar a identidade cultural, de construir uma nação. Entretanto, era necessário impor um paradigma, com suas devidas formulações, para se estabelecer a História da Literatura Brasileira, a fim de, entre outras questões, se organizar o passado e definir o futuro.

É desse contexto histórico a emergência de “uma matriz discursivo-simbólica que determinará as regras de produção de [um] novo imaginário” (ACHUGAR, 2003, p. 37). Assim, aos discursos fundadores se associa(m) o(s) ponto(s) de vista de viajantes que desde o século XVI eram “elo[s] entre o presente europeu e um presente longínquo que funciona, na realidade, como uma promessa de futuro” (ROUANET, 1991, p. 97). Portanto, os

‘litteratos interessados pelas cousas do Brazil’ — como eram então designados todos aqueles que escrevessem qualquer texto a respeito do país — cultuavam a verdade acima de tudo, manifestavam a sua intenção de tornar o Brasil conhecido e de reparar os erros que sobre ele se publicavam, aqui mesmo ou no exterior, e principalmente, tinham a certeza de estar prestando ‘um serviço [ao] seu país [ao] escrever [um] livro’ que a ele se referisse (ROUANET, 1991, p. 108).

Considerando primordiais para o estabelecimento da Historiografia da Literatura Brasileira os textos escritos pelo francês Ferdinand Denis e pelo brasileiro Gonçalves de Magalhães – locutores de “discursos [institucionalizadores] de verdade” (cf. FOUCAULT, 1979, p. 180) –, indago: qual é o lugar que ocupam os produtores culturais negros, bem como suas narrativas e “cantopoeias” orais em *Resumo da história literária do Brasil*, de Denis, e em *Ensaio sobre a história da literatura brasileira*, de Magalhães? Como os negros são representados nas obras publicadas por esses historiadores literários? De que maneira estão relacionadas as representações de negros com o projeto de nação defendido por Denis e Magalhães?

A questão proposta parece, em um primeiro momento, instaurar uma aporia, já que a realidade social do Novo Mundo, longe de ser edênica, era constituída por “gentes” com

costumes estranhos e por “coisas”, visto que *servus non habent personam*.³ Residentes no espaço *terra brasilis* desde a segunda metade do século XVI, os negros eram vistos, essencialmente, como instrumentos de trabalho, já que aos olhos dos donos do poder portavam apenas mãos e pés, segundo provérbio colonial. Os escravos libertos sofriam a mesma sina, locomovendo-se em uma sociedade onde imperava a discriminação e o preconceito.

A desconsideração do saber de negros e o exercício do poder repressivo no discurso e nas ações da oligarquia tornariam falidas as questões norteadoras deste ensaio e me remetaria à seguinte constatação: conforme orientação de Michel Foucault, “todo saber tem sua gênese em relações de poder”, por conseguinte, excluídos socialmente, os negros não seriam reconhecidos como agentes culturais, tampouco suas crenças e conhecimentos respeitados enquanto bens simbólicos. Assim, de nada adiantaria questionar: o óbvio apareceria como resposta. Mas Foucault também desestabiliza certezas e fornece meios para eu prosseguir e investigar esta vereda. Em seus escritos sobre análise do poder, ele orienta:

[deve-se] estudar o poder onde sua intenção [...] está completamente investida em práticas reais e efetivas. Portanto, não perguntar por que alguns querem dominar o que procuram e qual é sua estratégia global, mas como funcionam ao nível do processo de sujeição [...]. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali [...]. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação (FOUCAULT, 1979, p. 182-183).

Se o poder se concretiza por formas díspares e heterogêneas, pode ser exercido tanto pelo Estado, como por grupos com interesses em comum, seja ele representante da oligarquia ou dos interesses dos escravos, por exemplo. A minha hipótese é a de que existe um poder praticado em paralelo, nas margens, que se fortalece nos interstícios de uma rede. Sujeitos com objetivos em comum envolvidos nessa rede podem não vir a ocupar a posição de respaldo de uma oligarquia, mas provocam tensão no poder. Dessa forma, um grupo ou até mesmo um indivíduo fica em evidência.

Para se ter um parâmetro, interessa destacar que, em 1838, a capital da monarquia brasileira contabilizava 97 mil habitantes, dentre os quais 37 mil eram escravos. Alguns artistas, viajantes estrangeiros, expuseram esse quadro e, conseqüentemente, o deslocamento de poder. As “pranchas” de Jean-Baptiste Debret são exemplares nesse sentido, pois colocam

³ “O escravo não tem pessoa”, cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 39.

a engrenagem da sociedade, bem como o negro em exercício de suas inúmeras funções, em foco.⁴

O pintor francês morou no Brasil de 1816 a 1831, de início, a convite do Príncipe Regente D. João VI, a fim de fundar a Academia Imperial e de retratar os ilustres momentos vividos pela nobreza. Testemunhas da época, as imagens deixadas por Debret extrapolam as intenções da monarquia. Em sua produção artística,⁵ o negro é a personagem principal, desde as cenas privadas às públicas, do interior das casas e do mercado aos encontros nas calçadas e ruas, porém quase sempre em espaços do exercício de trabalho ou da prática de violências. Não quero afirmar que a prática de Debret subverteu o universo epistemológico na época, mas que há uma inversão hierárquica, já que os negros, escravos ou libertos, passam a ser os protagonistas em cena.

Outra fonte desse período é a obra escrita por uma sumidade: “Citar o nome de Mr. Ferdinand Denis sobre as cousas do Brasil é citar uma *autoridade*” (MACEDO *apud* ROUANET, 1991, p. 145). Conhecido não somente por sua erudição, mas também pela paixão por línguas exóticas e pelas viagens para espaços muito distantes de Paris, sua terra natal, Ferdinand Denis (1798-1890) esteve no Brasil entre 1816 e 1819 e, de volta à França, publicou em 1826, *Resumo da história literária do Brasil*.⁶

Antes de apontar os rastros de Denis, a partir dos quais pretendo continuar desenvolvendo minha reflexão, informo que meu ponto de partida é a oralidade. Ou seja, a existência de uma literatura oral que antecede a escrita. Outra aporia se instala, visto que comumente para ser literário o texto precisa estar grafado. Todavia, “a filosofia e a crítica pós-estruturalista têm optado por um conceito de ‘texto’ que não se restringe ao da página escrita” (KOTHE, 1997, p. 95). Embora exista elaborada toda uma teoria sobre a transposição oralidade / escrita, verificar de que maneira ocorrem essas relações não é o objetivo neste ensaio.

Isso posto, retorno ao *Resumo da história literária do Brasil*, de Denis. É do Velho Mundo, portanto, que chega a voz do estudioso francês, apresentado por Guilhermino Cesar: “era alguém que falava — um europeu de Paris — convidando-nos ao conhecimento

⁴ Debret igualmente se interessou por pintar índios e cenas da vida cotidiana. Cf. PRANCHAS de Debret. Biblioteca virtual do estudante de língua portuguesa. Disponível em : <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/imagens/pranchas_de_debret>, acesso em 21 jun. 2009.

⁵ De volta à França, Debret publicou *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil* (1834), obra dividida em três tomos. Na segunda, ele foca os negros, o trabalho urbano dos artesãos e as práticas agrícolas.

⁶ Essa obra é parte de *Résumé de l'Histoire Littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* (1826).

aprofundado da terra, chamando-nos a visitar a floresta, a conhecer hábitos e lendas do aborígine, a estudar-lhe a literatura oral” (1968, p. 11).

Sintomático que alguém precise vir de fora, notadamente do Velho Mundo, para ensinar aos brasileiros como se deva “olhar” para o Novo Mundo, em uma época quando se busca formar a identidade nacional. Por analogia, a questão aproxima-se da hipótese (ou asserção defendida na Europa desde o século XVII) segundo a qual o Brasil é “um mundo primitivo que deve ser civilizado” (ROUANET, 1991, p. 61). A conjectura ganha reforço pelo modo discursivo escolhido por Denis para escrever *Resumo da história literária do Brasil*, já que se trata de um texto predominantemente prescritivo, onde o historiador francês explica como deve ser a literatura em um país “que sentiu a necessidade de adotar instituições diferentes das que lhe havia imposto a Europa” (DENIS, 1968, p. 30).

Denis enfatiza que a diferença relativa ao Velho Mundo se concretizaria na originalidade e na cor local, fatores fundamentais de afirmação para a literatura ser de fato brasileira. No voltar-se sobre si mesmo, escolhida a língua por meio da qual “os literatos” vão se comunicar, os temas — ainda segundo preceitos de Denis —, precisam estar relacionados às tradições, à natureza e ao clima do exuberante espaço. Ele insiste no primeiro capítulo intitulado “Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo” para que a obra dos poetas “lamente as nações exterminadas, excite piedade (...) favorável ao resto das tribos indígenas; e que este povo exilado, diferente na cor e nos costumes” (DENIS, 1968, p. 33), não seja jamais esquecido.

Denis credita às três raças (branco, índio e negro) e à mestiçagem a positividade da “comunidade imaginada” brasileira. Com relação ao negro, escreve Denis:

O negro necessita abandonar-se ao calor de sua imaginação, precisamos acompanhar-lhe o pensamento; a rapidez de suas palavras não lhe basta à abundância das ideias; com os gestos excita os expectadores, a voz se lhe dispara numa gargalhada, os olhos acessos denunciam o calor que lhe vai n’alma. Inconstante nos sentimentos, mas sempre crédulo, o sobrenatural embeleza-lhes as narrativas; dá vida, com as tradições poéticas da terra natal, à nova pátria. Sem dúvida geme ainda à lembrança dos infortúnios passados, mas, apesar das dores da escravidão, o presente arrebatando-lhe o ardor da imaginação, o conduz e desvia-lhe os olhos do futuro (DENIS, 1968, p. 35).

De acordo com o excerto, parto do pressuposto de que Denis ouviu histórias narradas pelo negro, pois acentua a necessidade da extrema atenção para apreender o conteúdo da narração, uma vez que o narrador, além de articular as palavras com intensa velocidade, detalhava as histórias ou apresentava profusão de detalhes desconexos, não-lineares, próprios da fala, encaixando uma história à outra. Remissões à audição são também as referências aos gestos e ao tom da voz do narrador, em outras palavras, à atitude performática do contador.

Denis menciona, por último, o tema das histórias que interligam “tradições poéticas” dos ancestrais às da “nova pátria”. Estaria nas observações de Denis, cristalizadas no papel em 1826, o prenúncio efetivo de uma literatura brasileira? Ou seriam os primeiros vestígios de uma literatura afro-brasileira?

Como mostra o fragmento acima, no primeiro capítulo de sua obra, Denis concede espaço ao negro enquanto produtor cultural, embora, pelos menos em *Resumo da história literária do Brasil*, não tenha transcrito nenhuma história oral. Contraditoriamente, o historiador literário, que antes afirmara a necessidade de se “estudar a literatura oral dos aborígenes” e atribuíra também valor positivo às “tradições poéticas da terra natal”, narradas pelos negros, no momento em que precisa citar nomes de mestiços e negros para inventariar a história da literatura, ele volta-se para a História. Dessa forma, na exaltação da “bravura impetuosa” (DENIS, 1968, p. 35) dos homens que combatiam em defesa da América Portuguesa contra as invasões holandesas, Denis resgata os nomes de Fernandes Vieira, Henrique Dias e Calabar.⁷

Se de fato Denis acredita que o Novo Mundo, notadamente o Brasil, é herdeiro não somente da cultura lusitana e da indígena, como também da africana, no segundo capítulo, “Visão sumária de alguns poetas dos séculos XVII e XVIII”, o seu discurso rasura imagens e vozes dos sujeitos negros. Denis inicia o capítulo afirmando: “É completamente ocioso pretendermos descobrir poetas antes do princípio do século XVII, que tenham merecido honrosa citação” (DENIS, 1968, p. 41). Portanto, repito, apesar de apontar a presença do africano e do mestiço e sua importância para a constituição de uma sociedade livre dos grilhões da sujeição, quando precisa arrolar nomes, descrever a literatura, nomear a cor local, Denis exclui o negro e ignora sua tradição, sua cultura.⁸

Tal como Ferdinand Denis, Domingos José Gonçalves de Magalhães publica, em Paris, *Ensaio sobre a história da literatura brasileira*, com a diferença de fazê-lo dez anos depois. Nascido no Rio de Janeiro (1811-1882), Gonçalves de Magalhães é conhecido por ser o arauto do romantismo brasileiro com *Suspiros poéticos e saudades*, de 1836. Neste mesmo ano ele publica no número inaugural da *Niterói: revista brasiliense* um *Ensaio sobre a*

⁷ Na intenção de destacar negros e mulatos, Ferdinand Denis deve ter se equivocado, pois dos três nomes citados apenas Henrique Dias é negro; Fernandes Vieira, branco e Calabar, mameluco.

⁸ Denis menciona um poema de autoria de Basílio da Gama, intitulado *Quitúbia*, “nome de um chefe negro, que ajudou poderosamente os portugueses durante a guerra que tiveram de sustentar na região de Angola”. É sintomático que quando o negro apareça como protagonista em um obra ele seja um traidor. Outra obra citada por Denis é *Tripoli*, “obra notável cujo cenário é africano. Trata-se de um poema escrito em latim por Francisco Cardoso”, cf. DENIS, 1968, p. 73-74.

literatura do Brasil: estudo premiliar, que, de acordo com a intenção de Magalhães, deveria ter sido “uma História da Literatura do Brasil” (cf. ZILBERMAN, 1999, p. 28-29).

Com características discursivas próprias de manifesto, o *Ensaio* de Magalhães apresenta um programa no qual a literatura tem uma missão a cumprir. Para “o pioneiro do nacionalismo brasileiro”, cada época impera uma idéia central que congrega pessoas em torno de uma mesma crença e as move em busca de um determinado fim: “Essa idéia é o espírito e o pensamento mais íntimo de sua época, é a razão oculta de todos os fatos contemporâneos” (MAGALHÃES, 1999, p. 30). A fim de apreender a idéia (ou o instinto oculto) faz-se necessário a investigação histórica, ou seja, o retorno ao passado, a fim de pedir “conta à história e à tradição” (MAGALHÃES, 1999, p. 30). À literatura, portanto, caberia a função de ser portadora do espírito ou instinto oculto do período.

Ainda que ambos estejam se norteando por valores defendidos pelo romantismo, e em especial aos preceitos de Madame de Stäel, em *Da literatura*, (STÄEL, 1992, p. 58) quando salienta a influência da natureza exuberante sobre o processo de criação, pode-se afirmar que Magalhães segue os rastros deixados por Denis, em *Resumo da história literária do Brasil*, pois o pesquisador francês já preconizara a urgência em voltar ao passado para destacar a diferença, ou seja, a cor local. Contudo, para dar ênfase ao que escreve, distinguindo-se sobre os demais historiadores da literatura brasileira, Magalhães desdenha os estudos realizados pelos estrangeiros, sobretudo por Denis.⁹

Condenando a escravidão, Magalhães assevera que o sistema escravocrata torna-se um obstáculo para o progresso e o engrandecimento da nação. Assim, ele se propõe a traçar a história da literatura do Brasil, com seus dramas, suas cenas, seus atores e suas paixões. Nessa história, terá lugar “a liga dos homens positivos” e “nada de exclusões, nada de desprezo” (MAGALHÃES, 1999, p. 34), pois o instinto oculto que existe em cada homem é responsável por despertar a sensibilidade no indivíduo em relação ao meio social e/ou espacial.

Na “liga” não há espaço para os africanos e seus descendentes, tampouco para suas tradições. Em seu projeto de nação, o arauto do romantismo busca uma origem, um começo, detectado somente entre os indígenas tamoios, caetés e tupinambás. Talvez Gonçalves de Magalhães tenha conhecido essas tribos através da literatura, em Paris, onde estava quando escreveu o *Ensaio*, pois ignora, completamente, a diversidade étnica dos povos indígenas, já que sobre o assunto não faz qualquer menção.

⁹ “No *Resumo da história literária de Portugal, e Brasil*, por Ferdinand Denis, posto que separadas estejam elas, e porventura mais extenso desenvolvimento esta última ofereça, contudo, basta uma vista de olhos para ver-se que ainda longe está de ser completa, servindo apenas para dar uma ideia a estrangeiros”, cf. MAGALHÃES, 1999, p. 30-31.

O texto de Magalhães reincide na exposição de uma “matriz discursivo-simbólica”, iniciada com Denis. Todavia, do pesquisador francês se diferencia na medida em que sequer cita o contributo da cultura africana, apesar de lamentar a escravidão. No comportamento de Magalhães, revela-se o homem político e estrategista. Comprometido com a elite, notadamente com o Partido Conservador, no qual passa a atuar em 1837, no exercício da função de secretário de Luís Alves de Lima e Silva — conhecido por reprimir tanto as revoltas que se multiplicavam pelo país quanto os movimentos contra a escravidão —, o precursor do romantismo brasileiro alude à escravidão para evitar a acusação de ser esquivo em relação ao assunto.

Magalhães, preocupado em sedimentar o sentimento patriótico por meio do antilusitanismo, propunha o enaltecimento de uma consciência nacional em defesa da manutenção do *status quo*. O ano de 1836, quando foi divulgado seu manifesto, assinala o acirramento de lutas contra o tráfico de escravos. Como já explicitado, quase 40% da população da capital do Império era composta por negros, porcentagem essa que “acabou alterando cores, costumes e a própria estrutura da sociedade local” (SCHWARCZ, 2001, p. 39). Entretanto, para o projeto nacionalista do arauto do romantismo, os negros eram invisíveis. Na verdade, para Magalhães e para a oligarquia brasileira, a população negra escrava era apenas classificada como *bens semoventes*, a fim de serem diferenciados dos *bens móveis* e *imóveis*, não cabendo melhor sorte aos escravos libertos, uma vez que carta de alforria não é sinônimo de cidadania plena.

Joaquim Norberto de Sousa e Silva, em artigo publicado na *Revista Trimestral*, no ano de 1850, procura fundamentar seu argumento a partir da referência a dois nomes: “Ferdinand Denis e Magalhães serve[m] de ponto de partida na história literária do Brasil” (ROUANET, 1991, p. 144). Importantes fontes de consulta, os textos escritos por Denis e Magalhães formaram discípulos, que, por sua vez, levaram adiante o rastro da exclusão. Não objetivo neste estudo perseguir essas pistas, mas perscrutar em que medida os textos de Denis e Magalhães, considerados fundadores da literatura nacional, seriam responsáveis por apresentar uma “matriz discursivo-simbólica”, repetida em textos sucessores.

Retomo a tese defendida por Foucault conforme a qual todo saber (discurso científico ou não) somente é possível em determinado momento histórico, porque há um espaço de ordem que o possibilita. Ou seja, em cada época há uma *epistémê* diferente, que torna possível o surgimento de saberes. Em contrapartida, o discurso não é somente lugar de expressão de um saber, mas o *locus* de exercício do poder. Assim, analisando a questão entre discurso e poder, Foucault afirma:

Letrônica, Porto Alegre v.2, n.2, p. 288, dezembro 2009.

Quero dizer que em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso. Não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcione dentro e a partir desta dupla exigência (FOUCAULT, 1979, p. 179-180).

O método genealógico, utilizado por Foucault, permite que se estabeleça a história das condições políticas de possibilidade do discurso. Como em todo discurso se manifesta um saber, o método articula saber e poder. “O exercício do poder cria perpetuamente saber e, inversamente, o saber acarreta efeitos de poder. [...] Não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 1979, p. 142). No projeto nacionalista de Gonçalves de Magalhães, em *Ensaio*, o espaço do ser humano superior, do gênio, está assegurado. Menosprezando completamente as condições sociais, econômicas e políticas que propiciaram o surgimento de “grandes homens”, o precursor da escola romântica no Brasil expõe sua visão de mundo eurocêntrica, dissemina o saber e legitima o poder, perpetuado pela Historiografia da Literatura Brasileira.

O projeto de Denis, conforme aparece em *Resumo da história literária do Brasil*, evidencia uma visão de mundo pouco menos comprometida com as instâncias de poder do que a de Magalhães, talvez por ele ser um estrangeiro – “um homem livre, desejoso de ver livres todos os homens”, como escreve Guilhermino Cesar (1968, p. 9). Todavia, não fica isento de críticas. Na obra citada, seminal para a constituição da Historiografia da Literatura Brasileira, ele poderia ter avançado quando aludiu ao negro e sua tradição, mas não o fez; tampouco registrou qualquer referência à violência do sistema escravocrata vigente no país.

Dessa forma, o conceito de nação, que se desvela nos textos de Denis e Magalhães, abarca uma totalidade de sujeitos com a mesma história, experiência, aspiração, o mesmo sentimento. Ambos buscam uma unidade na sociedade, rasurando lugares e vozes de indivíduos que não se encaixam no sistema inventado por eles. Por isso, resultado de uma prática nada ingênua, a omissão vem de uma intenção de quem exerce o poder. O saber está na vontade e na decisão que, concomitantemente, se transforma em poder. Por conseguinte, o sistema literário será expressão do jogo entre saber e poder. Na Historiografia da Literatura Brasileira, onde está o negro enquanto produtor cultural? E suas narrativas e seus “cantopoemas”, que lugar ocupam?

É a voz de Luiz Gama, poeta negro, nascido na Bahia, em 1830 — contemporâneo de Castro Alves —, quem responde:

Desculpa, meu amigo,
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o branco
Nos privam té de pensar!...¹⁰

Referências

- ACHUGAR, Hugo. A escritura da história ou a propósito das fundações da nação. Tradução de Maria Eunice Moreira. In: *Histórias da literatura: teoria, temas e autores*. MOREIRA, Maria Eunice (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Traduzido por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.
- BERND, Zilá (org.). *Poesia negra brasileira: antologia*. Porto Alegre: AGE, 1992.
- CESAR, Guilhermino. A primeira história literária do Brasil e seu autor. In: DENIS, Ferdinand. *Resumo da história literária do Brasil*. Tradução, prefácio e notas de Guilhermino Cesar. Porto Alegre: Livraria Lima, 1968.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GUINSBURG, J. Romantismo, historicismo e história. In: *O romantismo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Traduzido por Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- KOTHE, Flávio. Identidade e dependência. In: *Cânone colonial: ensaio*. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.
- LOPES, Nei. *Bantos, malês e identidade negra*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.
- PRANCHAS de Debret. Biblioteca virtual do estudante de língua portuguesa. Disponível em : <http://www.bibvirt.futuro.usp.br/imagens/pranchas_de_debret>, acesso em 21 jun. 2009.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido: fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

¹⁰ Este poema é de Luiz Gama, nascido em Salvador, Bahia, em 21 de junho de 1830. Segundo Zilá Bernd, “tendo sido contemporâneo de *Castro Alves* (1847-1871), cognominado pela crítica literária, *o Poeta dos Escravos*, Luiz Gama não ocupará, como seu contemporâneo baiano, os espaços da consagração, mas os da sombra e do esquecimento”. Cf. BERND, Zilá (org.). *Poesia negra brasileira: antologia*. Porto Alegre: AGE, 1992, p. 17.

STÄEL, Mme. de. A poesia do norte e a poesia do sul. In: *Da literatura*. In: GOMES, Álvaro Cardoso; VECHI, Carlos Alberto. *A estética romântica*. São Paulo: Atlas, 1992.

ZILBERMAN, Regina. (Texto inicial sem título). In: MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*, Porto Alegre, v.5, n.2, ago.1999, p. 28-29.